



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABSTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº , de 2017.
(Do Sr. Bohn Gass)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater alternativas de captação financeira e de sustentabilidade orçamentaria para a Política Nacional de ATER para Agricultura Familiar e Reforma Agrária em todo o território nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, em especial aos arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública, com os convidados abaixo relacionados, para debater alternativas de captação financeira e de sustentabilidade orçamentaria para a uma Política Nacional de ATER para Agricultura Familiar e Reforma Agrária em todo o território nacional.

- Presidente da ASBRAER – Argileu Martins da Silva
- Presidente da Emdagro - SE – Jefferson Feitosa de Carvalho
- Presidente da EMATER – MG – Glenio Martins
- Presidente da Contag – Aristides Veras dos Santos
- Coordenador Nacional da Contraf – Marcos Rochinski
- Representante do MST – Alexandre Conceição
- Representante da Rede ATER Nordeste – Carlos Eduardo Leite



JUSTIFICATIVA

A Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil tem mais de 70 anos e passou por altos e baixos.

Houve o momento em que a EMBRATER, extinta pelo Governo Collor, centralizava e organizava o sistema nacional de ATER, focado nas empresas estaduais de ATER.

Esta medida promoveu o desmonte do sistema, perdurou por quase 15 anos, levando às minguas boa parte dos serviços estaduais. Pouco sobrou em estrutura, pessoal e serviços.

Em 2003, a ATER passa a ter novamente importância com o governo do Presidente Lula. Foram investidos milhões de reais e o sistema de ATER foi novamente recomposto.

Institui-se a nova PNATER – Política Nacional de ATER, construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada e passa a ser uma prioridade no Governo Federal.

Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais.

O marco legal foi evoluindo e chegou-se a uma nova modalidade de contratação de serviços, por meio de dispensa de licitação e chamada pública. Não foi suficiente, é fato, mas foi uma evolução que acelerou o processo de expansão dos serviços.

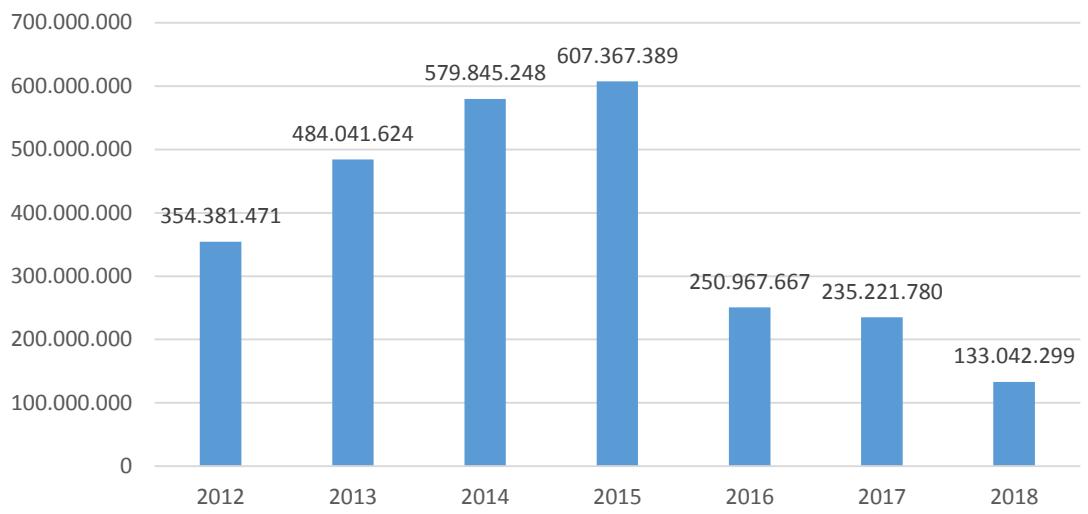
Os gráficos abaixo, demonstram a evolução orçamentária, tanto para a ATER na agricultura familiar quanto na ATER para a reforma agrária.

Milhares de famílias foram assistidas e um grande conjunto de políticas públicas chegou às famílias, por meio ou com a ajuda, dos técnicos e extensionistas em todo o Brasil.

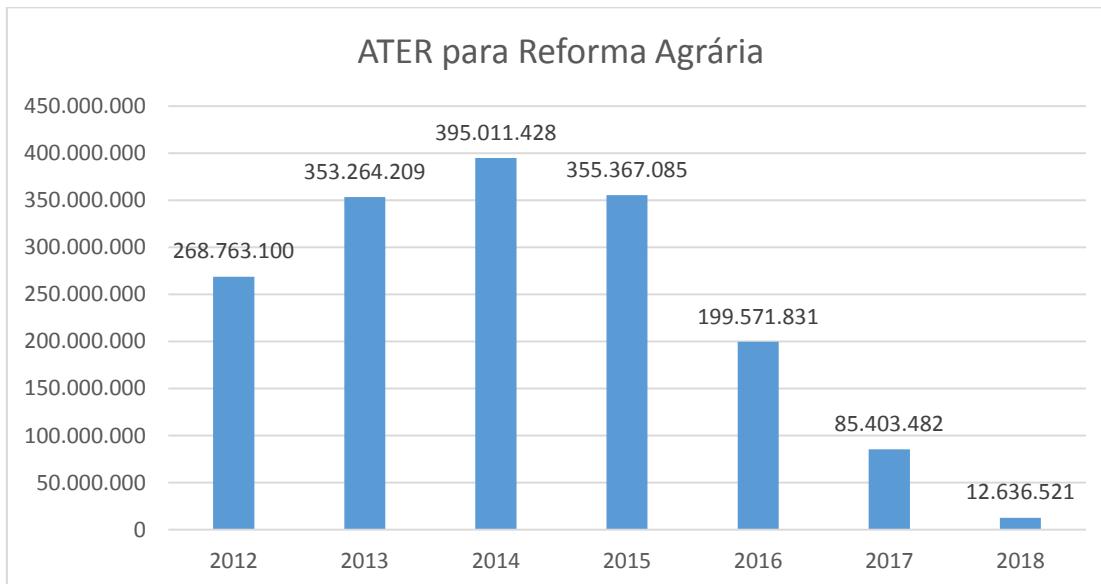
Assim, programas como o Garantia Safra, o crédito rural do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos entre outros, tomaram dimensões nacionais, com grande colaboração da ATER contratada e fomentada pelo Governo Federal.



ATER para a Agricultura Familiar



ATER para Reforma Agrária



O atual governo desmonta a ATER e retira o orçamento para a contratação dos serviços.

Então é preciso uma nova estratégia de pensamento e reflexão, sobre como organizar um sistema de fontes de recursos financeiros e orçamentário, sustentável e perene, que mantenha os serviços em campo.

Então esta audiência pública pretende recolher dos participantes, contribuições que possam ser convertidas em medidas efetivas, para a recomposição de fontes ou a criação de novos mecanismos de captação, que não impactem negativamente em outras políticas efetivas para a agricultura familiar, reforma agrária, trabalhadores e trabalhadoras rurais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pelo exposto, solicito a aprovação deste requerimento pelos nobres pares.

Sala da Comissão, em 02 de outubro de 2017.

Dep. Bohn Gass
PT – RS